

Nome: \_\_\_\_\_

**GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO S.A. (GHC) – HOSPITAL  
FEDERAL DE BONSUCESSO – RJ – Concurso Público – 002/2026****005 – ANALISTA (GESTÃO DE PESSOAS) –  
PROVA 01****PROVA ESCRITA OBJETIVA  
CADERNO DE QUESTÕES**

**ATENÇÃO:** Transcreva no espaço do seu CARTÃO-RESPOSTA, com sua caligrafia usual, a frase abaixo.

Sempre parece impossível até que seja feito.

**Leia atentamente as instruções abaixo e aguarde a autorização para abertura deste caderno de questões.**

1. **Confira o CADERNO DE QUESTÕES nos primeiros 30 minutos de prova.** Caso haja algum erro de impressão, ausência de questão, dentre outros, a prova poderá ser substituída nesse intervalo de tempo.
2. Confira o CARTÃO-RESPOSTA e assine seu nome no espaço próprio, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. A ausência de assinatura incide na desclassificação do candidato.
3. Não dobre, não amasse, nem manche o CARTÃO-RESPOSTA. Ele NÃO poderá ser substituído.
4. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 opções identificadas com as letras A, B, C, D, E. Assinale apenas uma opção em cada questão, caso contrário, ela será nula.
5. O tempo disponível para esta prova é de **3h30min.**
6. Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.
7. Os candidatos, após entrarem na sala da prova, somente poderão retirar-se após decorridas duas horas do tempo de duração previsto.
8. Quando terminar a prova, entregue-a ao fiscal SEM FALTAR NENHUMA PÁGINA OU PARTE DELA, juntamente com o CARTÃO-RESPOSTA. Em seguida, assine a LISTA DE PRESENÇA. Caso o CADERNO DE QUESTÕES E/OU o CARTÃO-RESPOSTA estejam rasgados ou incompletos, o candidato será eliminado.
9. O candidato também será excluído do certame caso:
  - a) Utilize, durante a realização da prova, máquinas e/ou relógios de calcular, bem como rádios, gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fonte de consulta de qualquer espécie.
  - b) Ausente-se da sala de prova levando consigo o CADERNO DE QUESTÕES, antes do tempo estabelecido, e/ou CARTÃO-RESPOSTA.
  - c) Deixe de assinalar corretamente o campo no CARTÃO-RESPOSTA.



**GABARITO**

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>	<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>20</b>
<b>21</b>	<b>22</b>	<b>23</b>	<b>24</b>	<b>25</b>	<b>26</b>	<b>27</b>	<b>28</b>	<b>29</b>	<b>30</b>	<b>31</b>	<b>32</b>	<b>33</b>	<b>34</b>	<b>35</b>	<b>36</b>	<b>37</b>	<b>38</b>	<b>39</b>	<b>40</b>
<b>41</b>	<b>42</b>	<b>43</b>	<b>44</b>	<b>45</b>	<b>46</b>	<b>47</b>	<b>48</b>	<b>49</b>	<b>50</b>										

**005 – ANALISTA (GESTÃO DE PESSOAS) – PROVA 01****CONHECIMENTOS GERAIS****TEXTO****ARQUEOLOGIA NA AMAZÔNIA GANHA FORÇA COM TECNOLOGIA E VERBAS**

Por muito tempo, acreditou-se que a Amazônia não oferecia condições para o desenvolvimento de sociedades mais complexas. O calor, a umidade e a vegetação densa seriam obstáculos intransponíveis, diziam naturalistas europeus do século 19. Eles estavam errados – mas teria sido difícil acertarem com a tecnologia da época.

Civilizações antigas como os incas, os maias e os astecas usavam pedras para construir vias, casas e templos, alguns dos quais seguem de pé até hoje. Já os povos originários da Amazônia alteravam seu ambiente com movimentações de terra e o uso de madeira e palha, que se decompõem com o tempo. Por isso, era mais fácil para um desbravador antigo nas Américas encontrar um templo maia ou uma estrada inca do que vestígios de uma vila pré-colombiana no meio da Amazônia.

Isso vem mudando nos últimos anos, com uma mãozinha da tecnologia: o uso do LiDAR, um radar de pulsos de laser que consegue escanear com detalhes o solo abaixo da copa das árvores. A imagem criada pode revelar estruturas construídas pelo homem na floresta, como valas, estradas e vestígios de casas. No Brasil, o uso do LiDAR é bem recente – começou em 2024, no projeto Amazônia Revelada, que tem como meta escanear cada vez mais áreas da floresta em busca de sítios arqueológicos.

Antes, em 2015 uma pesquisa do tipo no Equador encontrou um conjunto de antigas cidades na floresta que abrigaram milhares de pessoas há cerca de 2.500 anos. Em 2019, um grupo de arqueólogos bolivianos e alemães também fez isso na Amazônia boliviana. Além do avanço tecnológico, há mais arqueólogos interessados em trabalhar na Amazônia e verbas disponíveis, como mostra a iniciativa Amazônia +10, uma aliança de fundações estaduais de fomento que apoia projetos de pesquisa de várias disciplinas na região da floresta.

Em 2022, na primeira chamada para pedidos de financiamento, os projetos de arqueologia representaram 0,65% do total de submissões e nenhum foi contemplado com verbas. Na segunda

chamada, em 2024, projetos de arqueologia representaram 4,19% das submissões e receberam 18,95% da verba disponível, ou R\$ 14,4 milhões.

Arqueólogos também relatam maior interesse dos povos indígenas em autorizar pesquisas em suas terras, motivados pela percepção de que o conhecimento documentado sobre seus ancestrais fortalece a defesa de seus territórios e modos de vida – sob a lei brasileira, sítios arqueológicos são protegidos como patrimônio cultural.

O projeto Amazônia Revelada escaneou na sua primeira fase com o LiDAR 1,6 mil km<sup>2</sup> de floresta, área equivalente à da cidade de São Paulo, e localizou diversos sítios arqueológicos, incluindo um conjunto no sul do Amazonas. Esses sítios são caracterizados por geoglifos, formados por valas ou montículos de grandes dimensões, e outros indícios confirmados no local, como a presença de terra preta, um solo rico em nutrientes criado por indígenas que viveram na floresta há milhares de anos.

Os voos da segunda fase do projeto, que cobrirá uma extensão muito maior, começam em abril de 2026. À frente da iniciativa está Eduardo Góes Neves, professor e diretor do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Ele considera que o impacto do LiDAR na arqueologia é comparável ao da datação por carbono-14, desenvolvida na década de 1940. “Ele permite que enxerguemos sítios arqueológicos abaixo da copa das árvores. E por meio das imagens conseguimos ter acesso a locais muito difíceis de se chegar”, diz.

Neves avalia que o uso da tecnologia na Amazônia brasileira chegou mais tarde que na Bolívia ou no Equador devido, entre outros motivos, à imensidão da floresta no território do país “A logística é mais difícil, em Quito ou Santa Cruz de La Sierra você pega um aviãozinho e em meia hora está na Amazônia. No Brasil, a escala é muito maior”, diz. Ele enfatiza que o maior interesse por arqueologia na Amazônia também está associado à consolidação de programas de pós-graduação nos últimos 25 anos – “que geraram doutores que hoje são professores e estão orientando mais gente fazendo pesquisa”.

Secretário-executivo da iniciativa Amazônia+10, Rafael Andery considera que o LiDAR “mudou o jogo” das pesquisas arqueológicas na Amazônia, já que a logística para fazer trabalhos de campo nos confins da floresta é complexa. “É muito caro custear uma pesquisa, especialmente se

ela for feita longe dos grandes centros, das vias de transporte, das hidrovias. E muitas das descobertas que temos visto na Amazônia em termos de arqueologia são justamente em territórios menos acessíveis”, afirma.

Entre os projetos de arqueologia apoiados pela Amazônia+10, estão um para mapear a herança biocultural e desenvolver esforços de etnoconservação na região entre os rios Xingu e Tapajós, e outro para criar um inventário dos sítios arqueológicos de Roraima – estado muito pouco estudado “onde tudo quase é novidade”, diz Andery.

Na Amazônia boliviana, um projeto pioneiro conduzido por pesquisadores do Instituto Alemão de Arqueologia, da Universidade de Bonn e da Universidade de Exeter com o uso de LiDAR encontrou resquícios de centenas de povoados ocupados entre os séculos 6 e 15, que compunham uma estrutura urbana de baixa densidade populacional criada pelo povo casarabe, similar à dos maias.

Outro projeto da Universidade de Bonn, que teve a cooperação de três universidades brasileiras (UFAM, UFOPA e UFSC), estudou o modo de vida e os elementos arqueológicos de quatro povos amazônicos: os tacana, tsimane e mosetén na Bolívia e os waiwai no Brasil.

Carla Jaimes Betancourt, coordenadora do projeto e professora do departamento de Antropologia das Américas da Universidade de Bonn, considera que estudar vestígios de povoados antigos é especialmente relevante para a garantia de direitos dos indígenas contemporâneos.

Os quatro povos estudados na sua pesquisa foram consultados previamente e participaram como protagonistas do debate e conceituação de seus territórios e heranças culturais. No projeto Amazônia Revelada, de Eduardo Neves, os povos indígenas também foram consultados se autorizavam o sobrevoo e escaneamento de seus territórios.

Betancourt considera que esses três fatores estão por trás do interesse crescente por arqueologia na região da floresta: resistência dos povos indígenas a ameaças à Amazônia, formação recente de muitos arqueólogos dedicados ao tema e a tecnologia do LiDAR. Os achados recentes na Amazônia “têm a ver com a ideia de que o passado não está desconectado do presente, no qual os povos amazônicos lutam por seus territórios, ligados à sua história”, diz. “A arqueologia tem um papel importante para demonstrar que não são territórios vazios, que têm um

passado muito profundo, um legado dos povos indígenas.”

Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/arqueologia-na-amazonia-ganha-forca-com-tecnologia-e-mais-verbas/a-76280184>>. Adaptado. Acesso em: 27 de março de 2026.

### Questão 01

De acordo com o texto, durante muito tempo, subestimou-se a complexidade das sociedades amazônicas pois:

- A ausência de interesse científico na região impediu o desenvolvimento de estudos arqueológicos consistentes.
- As características ambientais da Amazônia eram vistas como incompatíveis com a formação de sociedades organizadas.
- A inexistência de registros históricos escritos dificultava a compreensão da organização social na floresta.
- A dificuldade de acesso à região impedia completamente qualquer tipo de exploração científica.
- A inferioridade tecnológica dos povos amazônicos em relação a outras civilizações era evidente.

### Questão 02

Sobre o uso do LiDAR nas pesquisas arqueológicas na Amazônia, é CORRETO afirmar que:

- O LiDAR substitui integralmente o trabalho de campo realizado por arqueólogos na floresta.
- O uso do LiDAR elimina a necessidade de autorização das populações indígenas para pesquisas.
- O LiDAR possibilita identificar vestígios arqueológicos que antes eram dificilmente detectáveis.
- O uso do LiDAR é limitado a regiões com pouca cobertura vegetal.
- O LiDAR tem sido pouco relevante para o avanço das pesquisas arqueológicas recentes.

### Questão 03

Acerca do texto, assinale CORRETAMENTE uma mudança ocorrida no financiamento e interesse pela arqueologia na Amazônia.

- A participação de projetos arqueológicos diminuiu, mas os recursos destinados aumentaram significativamente.

- b) O número de submissões de projetos arqueológicos cresceu, acompanhado de maior volume de recursos recebidos.
- c) Os projetos arqueológicos continuam sem receber financiamento, apesar do aumento no número de pesquisadores.
- d) O financiamento passou a ser distribuído de forma igualitária entre todas as áreas de pesquisa.
- e) O aumento de recursos ocorreu independentemente do interesse acadêmico pela área.

**Questão 04**

Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE a relação estabelecida no texto entre arqueologia e povos indígenas contemporâneos.

- a) A arqueologia é vista como uma ameaça à autonomia dos povos indígenas.
- b) Os povos indígenas rejeitam majoritariamente a realização de pesquisas em seus territórios.
- c) O conhecimento arqueológico contribui para a valorização e defesa dos territórios indígenas.
- d) A arqueologia tem pouca relevância para as discussões atuais sobre direitos territoriais.
- e) Os projetos arqueológicos são conduzidos sem a participação das comunidades indígenas.

**Questão 05**

De acordo com o texto, a alternativa que indica CORRETAMENTE os fatores responsáveis pelo aumento recente das descobertas arqueológicas na Amazônia é:

- a) A substituição de métodos tradicionais por técnicas exclusivamente digitais.
- b) O crescimento do turismo científico aliado à exploração econômica da floresta.
- c) A combinação entre avanços tecnológicos, maior formação de especialistas e engajamento indígena.
- d) A atuação isolada de pesquisadores estrangeiros com financiamento internacional.
- e) A redução dos custos logísticos associada à expansão de infraestrutura na região.

**Questão 06**

Assinale a alternativa em que a palavra destacada pode ser substituída, sem prejuízo de sentido no contexto do texto, pelo termo indicado.

- a) “vestígios de uma vila” — indícios.
- b) “civilizações antigas” — arcaicas.

- c) “obstáculos intransponíveis” — evitáveis.
- d) “logística é mais difícil” — organização simples.
- e) “territórios vazios” — desabitados permanentemente.

**Questão 07**

No trecho “era mais fácil para um desbravador antigo nas Américas encontrar um templo maia”, a oração destacada exerce a função sintática de:

- a) Objeto direto.
- b) Objeto indireto.
- c) Predicativo do sujeito.
- d) Complemento nominal.
- e) Sujeito.

**Questão 08**

A alternativa que destaca CORRETAMENTE um pronome relativo é:

- a) Civilizações antigas como os incas, os maias e os astecas usavam pedras para construir vias, casas e templos, alguns dos quais seguem de pé até hoje.
- b) Ele enfatiza que o maior interesse por arqueologia na Amazônia também está associado à consolidação de programas de pós-graduação nos últimos 25 anos.
- c) É muito caro custear uma pesquisa, especialmente se ela for feita longe dos grandes centros.
- d) Outro projeto da Universidade de Bonn, que teve a cooperação de três universidades brasileiras.
- e) Betancourt considera que esses três fatores estão por trás do interesse crescente por arqueologia na região da floresta.

**Questão 09**

Assinale a análise CORRETA da forma verbal destacada no trecho: “Ele permite que enxerguemos sítios arqueológicos abaixo da copa das árvores.”

- a) A forma verbal está no presente do indicativo e expressa uma ação habitual realizada pelos pesquisadores.
- b) A forma verbal está no pretérito perfeito do subjuntivo e indica uma ação concluída no passado.
- c) A forma verbal está no futuro do presente do indicativo e indica uma ação que ainda será realizada.
- d) A forma verbal está no presente do subjuntivo e expressa uma possibilidade decorrente da ação do verbo “permitir”.
- e) A forma verbal está no imperativo e expressa uma ordem dirigida ao leitor.

**Questão 10**

Assinale a alternativa que destaca **CORRETAMENTE** uma locução conjuntiva.

- a) Rafael Andery considera que o LiDAR “mudou o jogo” das pesquisas arqueológicas na Amazônia, já que a logística para fazer trabalhos de campo nos confins da floresta é complexa.
- b) Os povos indígenas também foram consultados se autorizavam o sobrevoo e escaneamento de seus territórios.
- c) Neves avalia que o uso da tecnologia na Amazônia brasileira chegou mais tarde que na Bolívia ou no Equador devido, entre outros motivos, à imensidão da floresta no território do país.
- d) Por muito tempo, acreditou-se que a Amazônia não oferecia condições para o desenvolvimento de sociedades mais complexas.
- e) Já os povos originários da Amazônia alteravam seu ambiente com movimentações de terra e o uso de madeira e palha.

**Questão 11**

As Normas de Habilitação para a Atenção Especializada no Processo Transexualizador, previstas na Portaria de Consolidação n.º 2/2017, estabelecem critérios para serviços de saúde que desejam ofertar esse cuidado no Sistema Único de Saúde (SUS). Considerando essas disposições, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A habilitação é restrita a hospitais universitários federais, não podendo ser concedida a serviços estaduais ou municipais.
- b) Os serviços habilitados devem garantir equipe multiprofissional composta, no mínimo, por médicos, psicólogos, enfermeiros e assistentes sociais, assegurando acompanhamento integral.
- c) A portaria prevê que o processo transexualizador pode ser iniciado apenas após os 25 anos de idade, em consonância com normas internacionais de saúde.
- d) A habilitação dispensa comprovação de capacidade e regulamentação em órgãos competentes, bastando a manifestação de interesse do gestor estadual ou municipal para regulamentação nessas instâncias.
- e) O processo transexualizador é regulamentado apenas para procedimentos cirúrgicos e acompanhamento psicológico.

**Questão 12**

O Art. 197 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que são de relevância pública as ações e serviços de saúde. Tais ações e serviços envolvem diretamente a proteção da vida, da dignidade humana e do bem-estar coletivo. Além disso, o exercício da prática assistencial está inserido em um contexto de interesse público e de responsabilidade ética e legal, contribuindo diretamente para a efetivação da cidadania. Com base no Artigo 197, é **CORRETO** afirmar que:

- a) As ações voltadas à promoção da saúde deixam de ser enquadradas como atividades típicas de prestação de serviços públicos, passando a ser compreendidas, em caráter complementar, como iniciativas de natureza privada, desvinculadas da obrigação estatal de execução direta.
- b) Tais ações e serviços, mesmo quando prestados por instituições particulares, são passíveis de regulamentação, fiscalização e controle pelo Poder Público, que detém a competência constitucional para assegurar padrões mínimos de qualidade e segurança.
- c) Como as ações e os serviços de saúde são de relevância pública, a consequência jurídica é a vedação de qualquer uso de recursos orçamentários estatais para o pagamento de serviços prestados por instituições privadas de saúde, reforçando a prioridade do investimento no sistema público.
- d) A crescente demanda por cuidados de saúde e sua relevância socioeconômica conferem caráter de relevância pública às ações executadas por pessoas físicas ou jurídicas privadas, dispensando regulamentação e controle estatal por se tratarem de atividades menos complexas e desvinculadas de grandes redes hospitalares.
- e) Segundo o Art. 197, a competência do Poder Público limita-se à prestação direta das ações de saúde, não lhe cabendo regulamentar, fiscalizar ou controlar aquelas executadas por particulares, já que estas se enquadram como atividades de livre iniciativa.

**Questão 13**

O Art. 6º da Lei n.º 8.080/1990, inclui ações e serviços voltados à saúde do trabalhador nas atribuições do SUS. Com base nesse dispositivo e em seus incisos, assinale a alternativa que apresenta apenas ações que integram as atribuições do SUS no campo de saúde do trabalhador, conforme a Lei Orgânica da Saúde.

- a) Assistência ao trabalhador vítima de acidente de trabalho ou de doença ocupacional; participação na avaliação e controle de riscos no processo de trabalho e revisão periódica da listagem de doenças relacionadas ao trabalho.
- b) Fiscalização de benefícios previdenciários; definição da jornada máxima de trabalho saudável; avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde e concessão de aposentadoria especial ao trabalhador exposto a agentes nocivos.
- c) Realização de perícias trabalhistas judiciais; garantir a interdição de máquinas, setores ou ambientes de trabalho diante de risco iminente à vida ou à saúde, quando solicitado pelo sindicato dos trabalhadores e gestão e fiscalização de programas de seguro de vida.
- d) Avaliação e controle dos riscos e agravos potenciais à saúde existentes no processo de trabalho; captação de recursos para ações de saúde por meio dos Conselhos Profissionais e regulamentação da contribuição sindical para planos coletivos de saúde.
- e) Organização de conselhos de fiscalização do exercício da profissão; criação de normas de registro em conselhos de classe; definição de piso salarial das categorias da saúde e participação na fiscalização dos serviços de saúde do trabalhador nas empresas públicas e privadas.

**Questão 14**

Conforme o Art. 198 da Constituição Federal (CF) de 1988, que estabelece que as ações e serviços do SUS integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema organizado segundo diretrizes específicas, é CORRETO afirmar que:

- a) O SUS é centralizado pela União, que detém direção única em todo o território nacional, capitaneada pelo Poder Executivo, mas fiscalizada pelo Legislativo, que representa a participação popular.
- b) O atendimento integral deve priorizar serviços hospitalares, distribuídos em rede colaborativa e racionalizada, em detrimento das atividades preventivas, com base nos agravos com maior incidência nacional.
- c) A participação da comunidade é garantida pelo serviço de Ouvidoria e pela possibilidade de a liderança estadual opcionalmente aceitar as solicitações e julgar quais as melhores ações adotadas no território.

- d) O SUS é organizado em rede regionalizada e hierarquizada, com descentralização e direção única em cada esfera de governo, atendimento integral, priorizando atividades preventivas, sem prejudicar os serviços assistenciais, e participação da comunidade.
- e) O SUS é estruturado pela União de acordo com critérios clínicos e epidemiológicos, baseado em hierarquia centralizada que determina a composição da rede regional, que dá suporte às unidades do município.

**Questão 15**

A Política Nacional de Humanização (HumanizaSUS), instituída em 2003, buscou transformar práticas de atenção e gestão no SUS, valorizando o acolhimento, o vínculo e a corresponsabilidade entre profissionais, usuários e gestores. A Lei 15.126, sancionada em 28 de abril de 2025, trouxe uma mudança importante a respeito dessa política pública tão relevante. Considerando esses elementos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A Lei n.º 15.126/2025 consolidou a atenção humanizada como princípio legal do SUS, reforçando que o cuidado deve integrar dimensões técnicas e subjetivas, sem restringir-se a protocolos clínicos, e garantindo que a humanização seja obrigatória em todas as esferas de gestão e atenção.
- b) A HumanizaSUS, após a Lei n.º 15.126/2025, passou a ser considerada política estadual sem força normativa vinculante, cabendo a cada ente federativo adotar práticas humanizadas, garantindo que o acolhimento e a clínica ampliada sejam obrigatórios em todos os hospitais gerais dos municípios.
- c) A atualização normativa de 2025 revogou a Política Nacional de Humanização, substituindo-a por um novo programa de gestão hospitalar voltado para a eficiência administrativa, o acolhimento por classificação de risco, a participação dos usuários na cogestão de unidades.
- d) A Lei n.º 15.126/2025 incluiu a atenção humanizada como princípio constitucional do SUS, alterando diretamente o Art. 198 da Constituição Federal (CF) de 1988, de modo que a humanização passou a ser diretriz constitucional, reforçando o compromisso do Estado brasileiro com a humanização das unidades de saúde.

e) A Política Nacional de Humanização, após a Lei n.º 15.126/2025, foi ampliada como programa ministerial transversal, para ser aplicada em todas as unidades hospitalares de grande porte, e em unidades da atenção básica ou especializada em municípios estratégicos, expandindo os serviços de acolhimento.

**Questão 16**

A Política Nacional de Saúde Integral LGBT estabelece objetivos específicos para garantir equidade no SUS. Conforme o Art. 2º da Portaria n.º 2.836/2011 e consolidada na Portaria de Consolidação GM/MS n.º 2/2017, assinale CORRETAMENTE:

- a) Entre os objetivos está a promoção de iniciativas voltadas à redução de riscos e atenção aos problemas decorrentes do uso prolongado de hormônios por travestis e transexuais.
- b) A política prevê a coleta e análise de dados específicos sobre saúde da população LGBT, mas exclui recortes étnico-raciais e territoriais por serem considerados secundários.
- c) O processo transexualizador é garantido apenas em caráter experimental, sem regulamentação formal, cabendo às secretarias estaduais decidir sobre sua oferta.
- d) A política restringe sua atuação à atenção básica, não contemplando adolescentes e idosos LGBT em serviços especializados.
- e) A redução da morbidade e mortalidade de travestis é considerada responsabilidade exclusiva de organizações da sociedade civil, não sendo prevista como estratégia setorial ou intersetorial do SUS.

**Questão 17**

A Lei n.º 15.176/2025 alterou o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015), reconhecendo a fibromialgia como deficiência para fins legais. Sobre essa inclusão, é CORRETO afirmar que:

- a) A fibromialgia foi reconhecida como deficiência apenas para concessão de benefícios previdenciários, não sendo considerada para políticas de saúde e inclusão social.
- b) A alteração garante às pessoas com fibromialgia o direito de acesso às políticas de inclusão, incluindo prioridade no atendimento em saúde, adaptações razoáveis e cotas em concursos públicos.

- c) A Lei define a fibromialgia como condição temporária, sem implicações para acessibilidade ou participação em conselhos de saúde.
- d) O reconhecimento da fibromialgia como deficiência restringe-se ao ambiente laboral, não abrangendo educação, transporte e saúde.
- e) A inclusão da fibromialgia no Estatuto elimina automaticamente a necessidade de perícia médica para comprovação da condição em processos administrativos.

**Questão 18**

A Lei n.º 14.679/2023 alterou o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015), reforçando garantias fundamentais no campo da saúde, acessibilidade e direitos humanos. Considerando suas disposições, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A atualização passou a reconhecer a fibromialgia como deficiência, garantindo prioridade máxima no atendimento em saúde e acessibilidade em serviços públicos e privados.
- b) A atualização restringiu a participação das pessoas com deficiência em conselhos de saúde, para não dificultar o entendimento e participação.
- c) A Lei incluiu como princípio a proteção integral dos direitos humanos de todos os usuários, com especial atenção à identificação de maus-tratos, negligência e violência sexual contra crianças e adolescentes.
- d) A Lei condicionou o acesso a medicamentos gratuitos para pessoas com deficiência à comprovação de renda familiar.
- e) A atualização redefiniu a integralidade da assistência como exclusivamente voltada para ações curativas pelo custo-benefício.

**Questão 19**

De acordo com a Lei n.º 14.423/2022 que está alinhada a princípios de direitos humanos e políticas públicas, determinando nova terminologia no Estatuto da Pessoa Idosa, é CORRETO afirmar que:

- a) A alteração busca harmonizar a legislação brasileira com tratados internacionais de direitos humanos, como a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas.
- b) A mudança terminológica tem como objetivo principal adequar o Estatuto às normas previdenciárias.

- c) A Lei estabelece que apenas pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social terão prioridade em serviços públicos.
- d) A substituição terminológica implica automaticamente a criação de novos programas de transferência de renda voltados às pessoas idosas.
- e) A alteração exclui a possibilidade de políticas específicas para maiores de 80 anos, uniformizando todos os direitos sem diferenciação etária.

**Questão 20**

A Lei n.º 14.423/2022 promoveu alteração terminológica no Estatuto da Pessoa Idosa. Sobre os efeitos dessa mudança, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A substituição de “idoso” por “pessoa idosa” não tem qualquer impacto jurídico, sendo apenas uma alteração estética.
- b) A Lei revogou dispositivos anteriores que tratavam da prioridade especial para maiores de 80 anos, substituindo-os por prioridade geral para todas as pessoas idosas.
- c) A mudança terminológica restringe a aplicação do Estatuto apenas às pessoas acima de 65 anos, em consonância com a aposentadoria compulsória prevista na Constituição.
- d) A alteração reforça a perspectiva de sujeito de direitos e pode influenciar interpretações judiciais e administrativas sobre dignidade e autonomia da pessoa idosa.
- e) A alteração modificou substancialmente os direitos materiais previstos no Estatuto, criando novos benefícios previdenciários automáticos para pessoas idosas.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Questão 21**

Em relação ao acesso ao serviço público e à luz da Constituição Federal (CF), analise as sentenças a seguir:

- I- A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- II- Funções de confiança podem ser exercidas por qualquer pessoa, inclusive sem vínculo efetivo, desde que a designação esteja prevista em lei.

- III- Funções de confiança (exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo) e cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; não se justificam para atividades burocráticas, técnicas ou operacionais.
- IV- A Constituição exige que lei estabeleça os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.
- V- Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente aos brasileiros; o acesso de estrangeiros é vedado para cargos e funções, admitindo-se apenas para empregos públicos.

Analisadas as sentenças, estão CORRETAS apenas:

- a) I e II.
- b) I, III e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I, IV e V.
- e) III, IV e V.

**Questão 22**

Uma autarquia federal identificou déficit de pessoal em sua área de gestão de pessoas e propôs as medidas a seguir:

- 1) Criar “funções de confiança” para a coordenação de rotinas internas e preenchê-las por profissionais externos, sem vínculo efetivo, mediante simples designação.
- 2) Transformar atividades permanentes e técnicas (ex.: análise de processos, instrução de expedientes e pareceres internos) em “cargos em comissão”, para preenchimento por livre nomeação, evitando concurso.
- 3) Instituir “empregos públicos” celetistas dentro da própria autarquia, alegando que a exigência do concurso para empregos públicos já atenderia ao Art. 37, II, da CF, e dispensaria a aplicação do regime jurídico estatutário.
- 4) Realizar concurso público para provimento de cargos efetivos, com nomeação e posse, e reservar as funções de confiança exclusivamente a servidores ocupantes de cargo efetivo, apenas para atribuições de direção, chefia e assessoramento.

De acordo com o Art. 37 da CF e a Lei n.º 8.112/1990, é CORRETO afirmar que:

- a) Apenas a medida 1 é juridicamente correta, pois função de confiança é livre designação.

- b) Apenas a medida 2 é juridicamente correta, pois cargo em comissão dispensa concurso para qualquer atribuição.
- c) Apenas a medida 3 é juridicamente correta, pois concurso para emprego público supre o modelo de cargos estatutários.
- d) Apenas a medida 4 é juridicamente correta, pois respeita o concurso para cargo efetivo, a investidura por posse e os limites constitucionais das funções de confiança.
- e) As medidas 2 e 4 são corretas, desde que haja lei criando os cargos e as funções.

**Questão 23**

Conforme a CF de 1988 e a Lei n.º 8.112/1990, analise as sentenças a seguir:

- I- A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei, de livre nomeação e exoneração.
- II- A exceção constitucional ao concurso público para ingresso na Administração Pública alcança também os empregos públicos, desde que o edital preveja livre nomeação e exoneração.
- III- Nos termos da Lei n.º 8.112/1990, a investidura em cargo público ocorre com a posse, não se aperfeiçoando com a mera nomeação.
- IV- A Lei n.º 8.112/1990 dispõe que a nomeação pode ocorrer em caráter efetivo ou em comissão, inclusive na condição de interino, para cargos de confiança vagos.
- V- Como regra, a aprovação no concurso público gera automaticamente a investidura do candidato no cargo, sendo a posse etapa meramente formal e dispensável.

Analizadas as sentenças, estão CORRETAS apenas:

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) II, III e V.
- d) I, IV e V.
- e) III e IV.

**Questão 24**

Sobre a investidura em cargo ou emprego público, com base na a CF de 1988 e na Lei n.º 8.112/1990, é CORRETO afirmar que:

- a) A aprovação em concurso público é suficiente para a investidura do candidato, dispensando-se a

prática de qualquer outro ato administrativo posterior.

- b) A nomeação para cargo público efetivo concretiza automaticamente a investidura, ainda que o nomeado não tome posse no prazo legal.
- c) A investidura em cargo público ocorre com a posse, enquanto a investidura em emprego público ocorre com a assinatura do contrato de trabalho.
- d) A Constituição Federal exige concurso público apenas para cargos públicos, sendo facultativa a exigência para empregos públicos, a critério da Administração.
- e) A investidura em cargo ou emprego público depende exclusivamente de ato de nomeação, salvo nos casos de cargo em comissão.

**Questão 25**

De acordo com a Lei n.º 8.112/1990, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A readaptação consiste no retorno do servidor aposentado à atividade, em razão de invalidez declarada insubsistente por junta médica oficial.
- b) A reversão é forma de provimento aplicável ao servidor estável que retorna ao cargo anteriormente ocupado em razão de inabilitação em estágio probatório.
- c) A reintegração pressupõe a invalidação da demissão por decisão administrativa ou judicial, com retorno do servidor ao cargo anteriormente ocupado, ou ao resultante de sua transformação.
- d) A recondução é aplicável exclusivamente ao servidor em disponibilidade, quando houver cargo vago compatível.
- e) A readaptação implica, necessariamente, redução de vencimentos em razão da limitação física ou mental do servidor.

**Questão 26**

Acerca das formas de provimento, com base na Lei n.º 8.112/1990, assinale CORRETAMENTE:

- a) A recondução ocorre quando o servidor retorna ao cargo anteriormente ocupado em decorrência da anulação de sua aposentadoria.
- b) A readaptação é aplicável apenas quando houver cargo vago, sendo vedado o exercício do servidor como excedente.
- c) A reversão pressupõe que o servidor aposentado retorne à atividade por iniciativa exclusiva da Administração, sendo vedada quando solicitada pelo próprio servidor.

- d) A recondução aplica-se ao servidor estável que retorna ao cargo anteriormente ocupado em razão de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.
- e) A readaptação extingue o vínculo funcional do servidor com o cargo anteriormente ocupado.

**Questão 27**

Segundo a CF de 1988 a Lei n.º 8.112/1990, é CORRETO afirmar que:

- a) A efetividade decorre da aprovação em concurso público, sendo adquirida automaticamente após o cumprimento do estágio probatório.
- b) A estabilidade é atributo inerente a todo servidor efetivo, independentemente do tempo de exercício e de avaliação de desempenho.
- c) O servidor nomeado para cargo efetivo adquire efetividade com a investidura, enquanto a estabilidade somente se consolida após três anos de efetivo exercício e avaliação especial de desempenho.
- d) Empregados públicos celetistas, após três anos de exercício contínuo, adquirem estabilidade nos termos do art. 41 da Constituição Federal.
- e) A estabilidade é requisito para a investidura em cargo efetivo, sendo condição prévia à posse do servidor público.

**Questão 28**

Considerando o regime constitucional da estabilidade do servidor público, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O servidor público estável poderá perder o cargo por decisão administrativa discricionária da autoridade competente, independentemente de contraditório.
- b) A estabilidade impede a perda do cargo em qualquer hipótese, salvo mediante sentença judicial transitada em julgado.
- c) A aquisição da estabilidade depende, além do tempo de exercício, de avaliação especial de desempenho, sendo requisito constitucional expresse.
- d) A estabilidade alcança igualmente servidores efetivos e ocupantes exclusivamente de cargos em comissão.
- e) O servidor estável que tiver o cargo extinto será automaticamente exonerado, sem direito à disponibilidade.

**Questão 29**

De acordo como a CF de 1988, conforme disposto no Art. 41, assinale a alternativa CORRETA sobre a perda do cargo do servidor público estável:

- a) O servidor público estável poderá perder o cargo por ato discricionário da Administração, desde que haja motivação expressa da autoridade competente.
- b) A perda do cargo do servidor público estável somente poderá ocorrer por sentença judicial transitada em julgado, sendo vedadas outras hipóteses.
- c) O servidor público estável poderá perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, mediante processo administrativo com ampla defesa ou por avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar.
- d) A estabilidade impede a perda do cargo por processo administrativo, admitindo-se apenas a exoneração por decisão judicial.
- e) O servidor público estável que tiver o cargo extinto perderá automaticamente o vínculo funcional com a Administração Pública.

**Questão 30**

Acerca da avaliação especial de desempenho do servidor público, é CORRETO afirmar que:

- a) A avaliação especial de desempenho é exigida para fins de exoneração do servidor público estável, sendo dispensável para a aquisição da estabilidade.
- b) A estabilidade do servidor público é adquirida automaticamente após três anos de efetivo exercício, independentemente do resultado da avaliação especial de desempenho.
- c) A avaliação especial de desempenho constitui condição constitucional obrigatória para a aquisição da estabilidade, devendo ser realizada por comissão instituída para essa finalidade.
- d) A avaliação especial de desempenho pode ser substituída por avaliação periódica de desempenho, a critério da Administração Pública.
- e) A avaliação especial de desempenho aplica-se indistintamente a servidores efetivos e a ocupantes exclusivamente de cargos em comissão.

**Questão 31**

Sobre o regime disciplinar, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O servidor público pode deixar de cumprir ordem superior sempre que discordar de seu conteúdo, desde que apresente justificativa formal posterior.
- b) É dever do servidor público manter sigilo sobre assunto da repartição, ainda que a informação seja classificada como pública.
- c) Constitui dever do servidor público representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder, assegurando-se ao representado o direito à ampla defesa.
- d) É permitido ao servidor público valer-se do cargo para obter vantagem para terceiro, desde que não haja prejuízo direto ao erário.
- e) O servidor público pode ausentar-se do serviço durante o expediente, sem autorização, desde que comunique o fato posteriormente à chefia.

**Questão 32**

Considerando o regime disciplinar aplicável ao empregado público regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assinale a alternativa CORRETA:

- a) O empregado público somente pode ser dispensado após processo administrativo disciplinar, nos moldes da Lei n.º 8.112/1990.
- b) A prática de ato de improbidade configura hipótese legal de dispensa por justa causa, nos termos da CLT.
- c) A demissão por justa causa pode ocorrer por qualquer conduta considerada inconveniente pela Administração, ainda que não prevista em lei.
- d) O rol de faltas graves previstas na CLT é meramente exemplificativo, admitindo ampliação por regulamento interno.
- e) A aplicação da justa causa ao empregado público celetista é incompatível com os princípios da legalidade e da motivação.

**Questão 33**

Segundo o Processo Administrativo Disciplinar (PAD), é CORRETO afirmar que:

- a) A instauração do PAD é facultativa, cabendo à autoridade competente avaliar a conveniência e a oportunidade da apuração da irregularidade.
- b) O PAD somente poderá ser instaurado após a conclusão de sindicância prévia, sendo esta etapa obrigatória.
- c) O PAD é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração

- praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com elas, assegurada a ampla defesa.
- d) O PAD destina-se exclusivamente à apuração de infrações puníveis com advertência ou suspensão de até trinta dias.
- e) A autoridade que tomar ciência de irregularidade pode deixar de apurá-la, desde que o fato não configure ilícito penal.

**Questão 34**

De acordo como PAD, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A comissão do PAD poderá ser composta por servidores efetivos ou comissionados, independentemente de estabilidade.
- b) O presidente da comissão do PAD pode possuir nível hierárquico inferior ao do servidor indiciado, desde que seja servidor estável.
- c) A comissão do PAD será composta por três servidores estáveis, designados pela autoridade competente, sendo um deles o presidente.
- d) O servidor acusado somente terá direito à ampla defesa após a conclusão do relatório final da comissão.
- e) A participação de membro suspeito na comissão gera nulidade automática do PAD, independentemente de prova do prejuízo.

**Questão 35**

Acerca da vacância do cargo público, é CORRETO afirmar que:

- a) A vacância do cargo público decorre exclusivamente de atos de natureza punitiva aplicados ao servidor.
- b) A exoneração do servidor público sempre possui caráter sancionatório e depende de processo administrativo disciplinar prévio.
- c) A posse em outro cargo público inacumulável não gera vacância, mas apenas suspensão temporária do vínculo funcional anterior.
- d) O falecimento do servidor público não gera vacância, mas extinção automática do cargo público.
- e) A promoção do servidor público configura forma de provimento e, simultaneamente, hipótese de vacância do cargo anteriormente ocupado.

**Questão 36**

Considerando o regime jurídico dos servidores públicos federais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A demissão e a exoneração são formas equivalentes de vacância, ambas de natureza punitiva.
- b) A aposentadoria extingue o vínculo estatutário e não configura hipótese de vacância do cargo público.
- c) A exoneração pode ocorrer a pedido do servidor ou de ofício, sem caráter punitivo, diferentemente da demissão, que possui natureza sancionatória.
- d) A demissão pode ser aplicada independentemente de processo administrativo disciplinar, desde que haja prova documental suficiente.
- e) A vacância decorrente de falecimento exige prévia declaração administrativa para produzir efeitos jurídicos.

**Questão 37**

Conforme os limites da despesa total com pessoal, é CORRETO afirmar que:

- a) Para fins da Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa total com pessoal da União está limitada a 50% da receita corrente líquida, enquanto a dos Estados e Municípios está limitada a 60%.
- b) A despesa total com pessoal da União não poderá exceder 60% da receita corrente líquida, incluídas as despesas de todos os Poderes e órgãos autônomos.
- c) Os Estados e os Municípios estão sujeitos ao mesmo limite global de despesa com pessoal, correspondente a 50% da receita corrente líquida.
- d) A Lei de Responsabilidade Fiscal fixa limites apenas para o Poder Executivo, não alcançando o Legislativo, o Judiciário e o Ministério Público.
- e) As despesas com pessoal decorrentes de decisão judicial jamais são computadas para fins de verificação do limite legal.

**Questão 38**

Em relação aos conceitos aplicáveis à folha de pagamento dos servidores públicos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As rubricas de folha de pagamento correspondem exclusivamente às parcelas de natureza remuneratória, sendo vedada a inclusão de descontos legais ou consignações.
- b) O vencimento do cargo efetivo e as vantagens pecuniárias permanentes integram rubricas distintas da folha de pagamento, mas não compõem a remuneração do servidor.

- c) As rubricas da folha de pagamento podem abranger parcelas remuneratórias, indenizatórias e descontos legais, desde que previstas em lei ou autorizadas pelo servidor.
- d) As parcelas de natureza indenizatória integram a remuneração do servidor para todos os efeitos legais, inclusive para incidência do teto remuneratório.
- e) Nenhum desconto pode incidir sobre a folha de pagamento do servidor público, ainda que haja determinação legal ou judicial.

**Questão 39**

Assinale a alternativa CORRETA acerca do controle de ponto e da frequência do servidor público federal:

- a) O controle de ponto é dispensado para todos os servidores ocupantes de cargo efetivo, sendo exigido apenas dos ocupantes de cargo em comissão.
- b) O controle da assiduidade e da pontualidade do servidor pode ser realizado por meio de controle mecânico, eletrônico ou folha de ponto, com validação pela chefia imediata.
- c) A ausência injustificada ao serviço não produz efeitos financeiros, desde que o servidor registre posteriormente justificativa no sistema de ponto.
- d) O servidor que se atrasar ou se ausentar do serviço terá automaticamente a falta considerada como efetivo exercício, independentemente de compensação de horário.
- e) A compensação de atrasos e ausências depende exclusivamente de autorização judicial, não podendo ser disciplinada pela chefia imediata.

**Questão 40**

No contexto da gestão por competências, o mapeamento de competências constitui etapa fundamental do ciclo de gestão de pessoas. Dessa forma, é CORRETO afirmar que:

- a) O mapeamento de competências refere-se à identificação das atribuições formais do cargo previstas em normas internas.
- b) O mapeamento de competências tem por objetivo fundamental avaliar o desempenho passado dos ocupantes dos cargos.
- c) O mapeamento de competências consiste na identificação das competências organizacionais e individuais necessárias para viabilizar a estratégia da organização.

- d) O mapeamento de competências restringe-se à análise de conhecimentos técnicos, desconsiderando habilidades e atitudes.
- e) O mapeamento de competências corresponde à etapa final do ciclo de gestão por competências, sucedendo a avaliação de desempenho.

**Questão 41**

Considerando o ciclo de descrição e análise de perfis por competências, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A descrição de perfis por competências baseia-se a em requisitos formais de escolaridade e tempo de experiência.
- b) A análise de perfis por competências busca identificar lacunas de desempenho individuais, sem relação com resultados organizacionais.
- c) Segundo Boyatzis, o perfil por competências descreve características intrínsecas do indivíduo que estão relacionadas a desempenho eficaz ou superior em determinado papel.
- d) A descrição de perfis por competências substitui integralmente os processos de recrutamento, seleção e desenvolvimento.
- e) A análise de perfis por competências desconsidera aspectos motivacionais e comportamentais, por serem subjetivos.

**Questão 42**

Com base na literatura clássica sobre gestão e avaliação de desempenho, assinale a alternativa CORRETA, conforme o entendimento de Idalberto Chiavenato:

- a) A avaliação de desempenho consiste em um julgamento subjetivo do gestor sobre o comportamento pessoal do empregado, desvinculado de metas e resultados.
- b) A avaliação de desempenho tem como objetivo definir recompensas salariais.
- c) A avaliação de desempenho restringe-se à mensuração de competências técnicas.
- d) A avaliação de desempenho ocorre de forma eventual e informal, não exigindo método ou critérios previamente definidos.
- e) A avaliação de desempenho é uma apreciação sistemática do desempenho do indivíduo no cargo, considerando resultados alcançados e potencial de desenvolvimento.

**Questão 43**

Considerando a abordagem de Peter F. Drucker sobre gestão e avaliação de desempenho, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O desempenho deve ser avaliado prioritariamente pelo esforço empregado, ainda que os resultados não sejam alcançados.
- b) A gestão de desempenho, segundo Drucker, enfatiza intenções, planos e competências potenciais, independentemente dos resultados efetivos.
- c) O modelo de Drucker restringe a avaliação de desempenho aos níveis operacionais, não sendo aplicável à gestão e liderança.
- d) A gestão por objetivos exclui a participação dos colaboradores na definição das metas.
- e) A avaliação de desempenho deve focar resultados e objetivos previamente definidos, alinhando o desempenho individual aos objetivos organizacionais.

**Questão 44**

Sobre a gestão do conhecimento, assinale CORRETAMENTE:

- a) O conhecimento organizacional é criado por meio de documentos, bases de dados e sistemas de informação.
- b) O conhecimento organizacional resulta apenas da conversão de conhecimento explícito em explícito, por meio de processos formais.
- c) A criação do conhecimento organizacional ocorre a partir da interação dinâmica entre conhecimento tácito e conhecimento explícito.
- d) O conhecimento tácito pode ser totalmente codificado e armazenado em sistemas tecnológicos sem perdas.
- e) A gestão do conhecimento prescinde de processos sociais, dependendo apenas de investimentos em tecnologia da informação.

**Questão 45**

De acordo com os processos de aprendizagem individual e organizacional e sua relação com a gestão do conhecimento, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A aprendizagem organizacional envolve a detecção e correção de erros e pode ocorrer em diferentes níveis, sendo potencializada pela interação entre conhecimento tácito e explícito.
- b) A aprendizagem organizacional ocorre independentemente da aprendizagem individual, sendo resultado exclusivo de sistemas e rotinas formais da organização.

- c) A aprendizagem de ciclo simples (single-loop learning) promove mudanças profundas em valores, normas e pressupostos organizacionais.
- d) O conhecimento tácito pode ser plenamente codificado e transferido sem perdas por meio de sistemas de informação.
- e) A aprendizagem individual é irrelevante para a aprendizagem organizacional, pois o conhecimento só se consolida no nível institucional.

**Questão 46**

Conforme o modelo clássico de gestão de mudanças organizacionais proposto por Kurt Lewin, é CORRETO afirmar que:

- a) O modelo de Lewin compreende quatro fases sequenciais: diagnóstico, planejamento, execução e controle.
- b) A fase de descongelamento (unfreeze) tem como objetivo principal institucionalizar os novos comportamentos organizacionais.
- c) O modelo de Lewin parte do pressuposto de que a mudança ocorre sem resistência, desde que seja bem planejada.
- d) A fase de mudança (change) corresponde à implementação das novas práticas, comportamentos ou processos desejados.
- e) A fase de recongelamento (refreeze) busca provocar instabilidade permanente para estimular a inovação contínua.

**Questão 47**

Com base na literatura clássica sobre gestão de pessoas, treinamento, desenvolvimento e educação corporativa, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Treinamento, desenvolvimento e educação corporativa são conceitos equivalentes, diferindo apenas na nomenclatura utilizada pelas organizações.
- b) O treinamento caracteriza-se como um processo educacional de longo prazo, voltado à preparação do colaborador para desafios futuros e posições estratégicas.
- c) O desenvolvimento tem foco exclusivo nas necessidades imediatas do cargo atualmente ocupado pelo colaborador.
- d) A educação corporativa constitui um sistema integrado e contínuo de aprendizagem, alinhado à estratégia organizacional, indo além de ações pontuais de treinamento.

- e) A educação corporativa oferta cursos técnicos operacionais, sem relação com a estratégia empresarial.

**Questão 48**

No contexto da comunicação organizacional, em relação à comunicação formal e informal e à luz da literatura clássica da Administração, assinale CORRETAMENTE:

- a) A comunicação formal ocorre de maneira oral e não segue a estrutura hierárquica da organização.
- b) A comunicação informal deve ser evitada pelas organizações, pois compromete a eficiência e gera exclusivamente boatos e conflitos.
- c) A comunicação formal utiliza canais oficiais e estruturados da organização, enquanto a comunicação informal ocorre fora desses canais e independe da hierarquia formal.
- d) A comunicação informal é planejada e institucionalizada pela alta administração, sendo registrada em documentos oficiais.
- e) A comunicação formal e a informal são processos excludentes, não coexistindo no ambiente organizacional.

**Questão 49**

Acerca da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei n.º 13.709/2018, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Dados pessoais são apenas aqueles que identificam diretamente uma pessoa natural, não abrangendo informações que permitam identificação indireta.
- b) Dados pessoais sensíveis são aqueles relacionados exclusivamente à vida financeira do titular.
- c) Dados pessoais sensíveis incluem informações sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, dados de saúde ou dados biométricos vinculados a uma pessoa natural.
- d) Dados de pessoas jurídicas são considerados dados pessoais sensíveis e estão integralmente protegidos pela LGPD.
- e) A LGPD não distingue dados pessoais de dados sensíveis, aplicando o mesmo regime jurídico a ambos.

**Questão 50**

De acordo com a LGPD, é CORRETO afirmar que:

- a) O operador é responsável por definir a finalidade e os meios do tratamento de dados pessoais.
- b) O controlador realiza o tratamento de dados pessoais exclusivamente por ordem do operador.
- c) O encarregado não possui qualquer função legal definida na LGPD.
- d) Apenas pessoas jurídicas podem ser consideradas controladoras de dados pessoais.
- e) O titular dos dados é a pessoa natural a quem se referem os dados pessoais objeto de tratamento, sendo assegurados a ele diversos direitos previstos em lei.